

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ1)



Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

Relação dos Membros dos Plenários – Presentes	
Entidade	Nome
AAMHOR	Miguel Madalena Milinski
ABCON	Ana Paula Fernandes Abrahão
	Priscila Bezerra
AEAN	Edmo José Stahl Cardoso
AEAS	Paulo Takeyama
AFOCAPI	José Rodolfo Penatti
ASSEMAE	Marco Antonio dos Santos (p/p Luís Filipe Rodrigues)
	Hugo Marcos Piffer Leme
	Paulo Roberto S. Tinel
Associação Ambiental Plantar	João José Assumpção de Abreu Demarchi
CIESP – DR Bragança Paulista	Michele Consolmagno
CIESP – DR Campinas	Jorge Antônio Mercanti
CIESP – DR Indaiatuba	Alexandre Luis Almeida Vilella
CIESP - DR Limeira	Jonas Vitti
Circuito Serras Verdes	José Augusto Coronado Sena (p/p Mylena N. R. de Oliveira)
CRBio-4ª Região	Maurício Djalles Costa
Consórcio PCJ	Francisco Carlos C. Lahóz
	Flávio Forti Stenico
COPASA	Joab Borges Silva
DAEE	Felipe Gobet de Aguiar
	Sarah Janaina Menuzzo Quental
FIEMG	Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira
FIESP	Alexandre Luis Almeida Vilella
Fórum das Américas	Rodrigo Hajjar Francisco
INEVAT	Francisco Antonio Moschini
IEF	Raquel Junqueira Costa
IMA	Mariana C. Souza S. Coelho
Instituto Agir Ambiental	Rafael Jó Girão
IPSA-C	Raquel Eliana Metzner
	Rodrigo Hajjar Francisco
Melhoramentos Florestal	David Figueiredo B. do Prado
Min. do Meio Ambiente e Mudança do Clima	Rachel Landgraf de Siqueira
Ministério das Cidades	Gilson Pires da Silva
Movimento Resgate o Cambuí	Teresa Cristina Moura Penteado
P.M. de Americana	Marcos Eduardo Morelli
P.M. de Artur Nogueira	Gabriela Montoya Fernandes
P.M. de Atibaia	Fabiane Cabral da C. Santiago
P.M. Bom Jesus dos Perdões	Benedito Rodrigues da Silva Filho (p/p Micheli Kowalczyk Machado)
P.M. de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel
P.M. de Itatiba	Thomas Antonio Capeletto de

	Oliveira (p/p Gustavo Cosenza de Almeida Franco)
P.M. de Jundiaí	Martim de França Silveira Ribeiro
P.M. de Limeira	Reinaldo Buck Belussi
P.M. de Louveira	Mateus Bento Batista Arantes
P.M. de Mairiporã	José Eduardo Victorino
P.M. de Mogi Mirim	Evandro Antonio Trentin
P.M. de Mombuca	Guilherme Mikhail Helan Dorelli
P.M. de Piracicaba	Artur da Costa Santos
P.M. de Saltinho	João Francisco de Lima
P.M. de Santa Bárbara d'Oeste	Laerson Andia Junior
P.M. de São Pedro	José Rubens Françoso
P.M. de Tietê	Vlamir de Jesus Sandei (p/p Rodrigo Marcuz Batistuzzo)
Rotary International - D4590	Luiz Antonio Carvalho e Silva Brasi
Rotary Internacional – D4621	Rosani Franco de Faria Novaes
SAAESP	José Rubens Françoso
SABESP	Hélio Rubens Gonçalves Figueiredo
	Caroline Governatori (p/p Dário Júlio Silveira Peçanha)
	Wilson Aparecido Stocco
Sec. de Agricultura e Abastecimento	Henrique Bellinaso
	Denis Herisson da Silva
Sec. de Desenvolvimento Econômico	Vera Lucia Hidalgo Secco
Sec. de Esportes	Solange Guerra Bueno
Sec. de Saúde	Luiz Alberto Buschinelli Carneiro
	Marcos César Prado
SEMAP	Daniel Iscold Andrade de Oliveira
SEMIL	Caroline Túbero Bacchin
SIAESP	Bartira Elia
SINDÁGUA	Adilson Ramos de Souza
Sindicato Rural de Campinas	Luís Fernando Amaral Binda
Sindicato Rural de Limeira	Nilton Piccin
Sindicato Rural de Rio Claro	João Primo Baraldi
UNICA	André Elia Neto
USP	Tadeu Fabricio Malheiros

Relação dos Membros dos Plenários com Ausência Justificada	
Entidade	Nome
SEMIL	André Luiz Sanchez Navarro

1 Ao trigésimo dia do mês de agosto de 2024, através de videoconferência, foi realizada a 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1). Na ocasião foram registrados 92 (noventa e dois) participantes,

dentre os quais estavam representantes dos municípios, das organizações civis, dos usuários de recursos hídricos, dos Governos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e do Governo Federal, conforme “Relação dos Membros dos Plenários -

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

Presentes” apresentada acima e do público em geral. **1. Abertura.** A convocação e a pauta da reunião foram enviadas aos membros do CBH-PCJ, do PCJ FEDERAL e do CBH-PJ1 por meio de mensagem eletrônica em 20 de agosto de 2024. A abertura da reunião foi realizada pelo Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, que cumprimentou a todos e informou sobre a existência de quórum nos três comitês para o início da reunião. Na sequência, foi transmitido um vídeo com as normas para a realização de reuniões por videoconferência e informado que a reunião seria gravada para posterior confecção da ata. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra, para saudações iniciais, ao Sr. Adilson Ramos, Secretário-executivo do CBH-PJ1, que cumprimentou a todos e desejou uma excelente reunião. Após, a Sra. Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira, Presidente do CBH-PJ1 e 1ª Vice-presidente do PCJ FEDERAL também desejou uma profícua reunião a todos. Na sequência, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Alexandre Luis Vilella, coordenador da Câmara Técnica de Monitoramento Hidrológico dos Comitês PCJ para realizar um comunicado referente a estiagem prolongada no Estado de São Paulo. O Sr. Alexandre iniciou destacando a situação da estiagem em 2024 e as perspectivas para 2025. Em sua fala, ressaltou o agravamento dos indicadores na região Sudeste, que intensificaram a seca, passando de moderada para grave nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Apontou também notícias recentes de algumas cidades nas Bacias PCJ que já estão adotando racionamento devido à estiagem. O Sr. Alexandre ainda abordou o abastecimento de 19 cidades, que somam 9 milhões de habitantes, pelo Sistema Cantareira, e mencionou a Resolução ANA/DAEE nº 425/2017, que delega aos Comitês PCJ e aos Órgãos Gestores a operação do Sistema Cantareira em períodos de estiagem. De acordo com o Comunicado CT-MH nº 09, de 21/08/24, o sistema opera atualmente na faixa Normal, com uma vazão jusante para as Bacias PCJ de 10,75 m³/s, sendo 1,25 m³/s no Jaguari, 5,00 m³/s no Cachoeira e 4,50 m³/s no Atibainha. Informou também que a vazão de entrada no Sistema Cantareira é de 10,89 m³/s, destacando que a transposição do reservatório do Jaguari para o Paraíba do Sul contribui com 7,76 m³/s. Dentro do volume de uso esperado, o Cantareira possui 53% do seu volume disponível para consumo. Por fim, o Sr. Alexandre apresentou

previsões baseadas em dados históricos e simulações de armazenamento no Sistema Cantareira para o cenário de estiagem em 2025, alertando sobre a importância da conscientização no uso correto dos recursos hídricos e finalizando sua apresentação, retornou a palavra ao Sr. Denis o qual questionou os membros se havia alguma manifestação. O Sr. Jorge Antônio Mercanti, representante da CIESP – DR Campinas, solicitou a palavra para discorrer sobre o fenômeno La Niña, que afeta a temperatura do Oceano Pacífico, com impactos globais, alterando padrões de ventos e temperaturas, e, consequentemente, a distribuição das chuvas ao longo do ano. Explicou que, apesar de algumas menções na mídia, não há pesquisas relevantes ou informações concretas que comprovem a existência de um fenômeno conhecido como "La Niña dupla". Concluiu sua fala afirmando que, segundo as pesquisas atuais, os meses de outubro a dezembro apresentarão temperaturas dentro da média, com variações sutis para mais ou para menos, sem a previsão de extremos climáticos. Ato contínuo, o Sr. Denis apresentou a pauta da reunião, questionando aos membros se havia alguma consideração sobre o seu conteúdo. Não havendo manifestações, a pauta foi considerada aprovada por unanimidade e deu início aos trabalhos. **2. Assuntos a deliberar. 2.1. Aprovação da ata da 30ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ (CBH-PCJ, PCJ FEDERAL e CBH-PJ1), realizada em 28/06/2024, no município de Holambra.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, solicitou a projeção da ata pela Equipe da Secretaria Executiva para apreciação de seu conteúdo. Não havendo manifestações contrárias nem abstenções, o Sr. Denis passou para votação, sendo aprovada por unanimidade. **2.2. Referenda de atos dos presidentes dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma breve contextualização relatando que, em virtude da necessidade de atendimento a prazos e demandas urgentes dos Comitês PCJ, pode ser emitidas deliberações *ad referendum* pelos presidentes, anteriormente à apreciação da matéria pelos plenários, devendo ser por eles posteriormente referendadas. No intervalo entre a última reunião plenária realizada em 28/06/2024 e a atual foram editadas duas

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

120 deliberações *ad referendum* que requerem
referendo dos plenários. **a) Deliberação *ad***
referendum dos Comitês PCJ nº 483/24, de
125 **16/08/2024.** O Sr. Denis Silva, explanou que a
Deliberação *ad referendum* dos Comitês PCJ nº
483/24, de 16/08/2024 aprova o Ato Convocatório
para Chamamento Público de Projetos nº 01/2024,
que define critérios gerais para a aplicação de
recursos da Cobrança PCJ Federal pelo uso dos
recursos hídricos nas Bacias PCJ, referentes ao
130 exercício de 2025, na temática de proteção e
conservação dos recursos hídricos, e dá outras
providências. **b) Deliberação *ad referendum* dos**
Comitês PCJ nº 484/24, de 16/08/2024. O Sr.
Denis Silva, explicou que a Deliberação *ad*
135 *referendum* dos Comitês PCJ nº 484/24, cancela a
indicação do empreendimento “Contratação de
empresa para a elaboração de Projetos Integrais de
Propriedades (PIPs), viabilizando os projetos
executivos de adequação ambiental em
140 propriedades rurais”, cujo tomador é a Prefeitura
Municipal de Santa Gertrudes, financiado com
recursos da Cobrança PCJ Federal, e dá outras
providências. Então o Sr. Denis abriu a palavra
para manifestações dos presentes e não havendo,
145 colocou a Deliberação *ad referendum* dos Comitês
PCJ nº 484/24, que referencia atos dos Presidentes
dos Comitês PCJ, em votação, sendo aprovada por
unanimidade para ser encaminhada para
publicação. **2.3. Apreciação de deliberação que**
150 **cancela a indicação de empreendimentos**
financiados com recursos da Cobrança PCJ
Paulista, referentes ao exercício de 2022. O Sr.
Denis Herisson da Silva, representante da
Secretaria de Agricultura e Abastecimento do
155 Estado de São Paulo e Secretário-executivo do
CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL iniciou o item de
pauta informando que em questão trata sobre o
cancelamento de dois empreendimentos
financiados com recursos da Cobrança PCJ
160 Paulista, referentes ao exercício de 2022. Salientou
que o saldo dos recursos financeiros da Cobrança
PCJ Paulista, correspondente aos dois
empreendimentos será acrescido ao orçamento de
2025, para distribuição pelos Comitês PCJ. Assim,
165 solicitou ao Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de
Projetos na Fundação Agência das Bacias PCJ,
para realizar uma breve apresentação sobre o
assunto. O Sr. Diogo iniciou explanando sobre
Deliberação dos Comitês PCJ nº 407/22, de
170 29/09/2022, o qual possui as informações sobre os
2 (dois) empreendimentos que estão sendo
cancelados, financiados com recursos financeiros
da Cobrança PCJ Paulista. Um dos tomadores foi a

Prefeitura Municipal de Campo Limpo Paulista
175 (P.M. de Campo Limpo Paulista), cujo
empreendimento era a “Revisão do Plano
Municipal de Saneamento Básico do Município de
Campo Limpo Paulista”, enquadrado na
modalidade de financiamento “não reembolsável”
180 dentro da ação financiável “Elaboração e Revisão
de Planos Municipais de Saneamento Básico”. O
outro tomador foi o Serviço Autônomo de Água e
Esgoto de Rio das Pedras (SAAE Rio das Pedras),
responsável pelo empreendimento “Execução de
185 Troca de Redes de Abastecimento de Água do
Bairro São Cristóvão II, no Município de Rio das
Pedras”, também enquadrado na modalidade de
financiamento “não reembolsável”, na ação
financiável “Obras, Serviços e Equipamentos para
190 Controle de Perdas Hídricas em Sistemas de
Abastecimento de Água”. O Sr. Diogo informou
que, de acordo com os termos do Manual de
Procedimentos Operacionais do FEHIDRO para
investimentos (MPO-FEHIDRO), cabe ao Agente
195 Técnico (AT) do FEHIDRO analisar a
documentação do processo licitatório para a
liberação da primeira parcela. Em ambos os
empreendimentos, foram emitidos Pareceres
Técnicos de reprovação, nos quais o AT apontou
200 inconsistências no processo licitatório, resultando
na reprovação dos projetos. Os tomadores de
ambos os empreendimentos apresentaram recurso
contra a manifestação do AT, os quais não foram
aceitos, foi emitido um novo Parecer Técnico
205 recomendando à SECOFEHIDRO o cancelamento
dos contratos. Os comunicados da
SECOFEHIDRO, datados de 12/06/2024,
oficializaram o cancelamento dos referidos
empreendimentos. Os valores referentes a esses
210 empreendimentos retornarão para serem
incorporados no orçamento de 2025, ficando
disponível no montante dos recursos para futuros
investimentos. O Sr. Denis agradeceu a
participação dos palestrantes e abriu para
215 manifestação dos presentes, não havendo,
submeteu a Deliberação dos Comitês PCJ nº
486/24, de 30/08/2024, que cancela a indicação de
empreendimentos financiados com recursos da
Cobrança PCJ Paulista, referentes ao exercício de
220 2022, e dá outras providências, à votação, a qual foi
aprovada por unanimidade sendo encaminhada
para publicação. **2.4. Apreciação de de**
deliberação que reti-ratifica a Deliberação dos
Comitês PCJ nº 448/23, de 29/06/2023, que
225 **define cronograma e regras para seleção de**
empreendimentos de Demanda Priorizada, na
temática de saneamento, visando a indicação

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

230 **para obtenção de financiamento com recursos**
da Cobrança PCJ Paulista pelo uso dos recursos
hídricos e da Compensação Financeira pela
Utilização dos Recursos Hídricos para Fins de
Geração de Energia Elétrica (CFURH),
referente aos orçamentos de 2024 a 2027. O Sr.
235 Denis Herisson da Silva, representante da
Secretaria de Agricultura e Abastecimento do
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do
CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL iniciou o item de
pauta esclarecendo que a proposta de alteração tem
objetivo aprimorar os mecanismos sobre o fluxo
240 contínuo para o financiamento de
empreendimentos com recursos do FEHIDRO
(Cobrança PCJ Paulista e CFURH). Assim,
solicitou ao Sr. Diogo Pedrozo, Coordenador de
Projetos na Fundação Agência das Bacias PCJ,
245 para realizar uma breve apresentação sobre o
assunto. O Sr. Diogo informou que o objeto em
pauta trata das alterações propostas na Deliberação
dos Comitês PCJ nº 448/23. A modificação diz
respeito ao Anexo IV, cujo item 17, atualmente
250 descrito como "Apresentar estudo técnico
preliminar contemplando o conteúdo mínimo no
Manual Orientativo – PCJ.MA.001/2021 (no caso
de proposta para elaboração de projetos básicos) ou
projeto básico (no caso de proposta para elaboração
255 de projeto executivo)", passará a ser "Apresentar
documentação técnica mínima, conforme as regras
do Manual Orientativo – PCJ.MA.001/2021". No
que diz respeito à aplicabilidade, será acrescentado
o termo "obras" ao já existente "Elaboração de
260 projetos e Obras (em qualquer temática)". A
alteração visa evitar interpretações equivocadas
sobre o estudo técnico exigido, bem como
flexibilizar e regulamentar a inscrição de propostas
para a contratação "conjunta" de obras e projetos
265 (projetos básicos e executivos), além de definir o
conteúdo mínimo da documentação técnica
exigida. Será incorporado um quadro com
orientações extraídas do Manual Orientativo PCJ
(Saneamento), indicando o que o tomador deve
270 apresentar. Outra modificação apontada pelo Sr.
Diogo diz respeito ao artigo 9º da deliberação em
pauta, alterando a expressão "[...] prazos definidos
no quadro 1, do artigo 1º desta deliberação [...]"
para "[...] prazos definidos nesta deliberação [...]",
275 esclarecendo todos os prazos sujeitos a reavaliação,
com o objetivo de otimizar a aplicação dos recursos
dentro do mesmo exercício, sempre que possível.
Após a conclusão da apresentação do Sr. Diogo, o
Sr. Denis cedeu a palavra para manifestações dos
280 presentes, não havendo manifestações, submeteu a
reti-ratificação da Deliberação dos Comitês PCJ nº

448/23, de 29/06/2023, que define cronograma e
regras para seleção de empreendimentos de
Demanda Priorizada, na temática de saneamento,
285 visando a indicação para obtenção de
financiamento com recursos da Cobrança PCJ
Paulista pelo uso dos recursos hídricos e da
Compensação Financeira pela Utilização dos
Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia
290 Elétrica (CFURH), referente aos orçamentos de
2024 a 2027, à votação, a qual foi aprovada por
unanimidade sendo encaminhada para publicação.
2.5. Apreciação de deliberação que indica
empreendimentos para financiamento com
recursos oriundos da cobrança pelo uso dos
recursos hídricos em rios de domínio do Estado
de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ
(Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação
Financeira pela utilização dos Recursos
Hídricos para Fins de Geração de Energia
Elétrica (CFURH), referente ao exercício de
295 **2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante
da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do
Estado de São Paulo e Secretário-executivo do
CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL iniciou o item de
pauta informando que a deliberação em pauta trata
sobre a indicação de empreendimentos com
recursos do FEHIDRO (Cobrança PCJ Paulista e
CFURH). Após, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr.
300 Diogo Pedrozo, Coordenador de Projetos da
Fundação Agência das Bacias PCJ, que iniciou sua
apresentação informando que edital em questão
refere-se ao FEHIDRO de Saneamento, aprovado
pela Deliberação dos Comitês PCJ nº 448/23. Citou
305 que, atualmente, há 9 (nove) propostas aptas para
indicação, conforme disposto no parágrafo 1º do
artigo 3º da referida deliberação. Um caso
excepcional envolveu a reindicação da Prefeitura
Municipal de Campo Limpo Paulista, cujo
310 processo havia sido cancelado, conforme item 05
da pauta desta reunião. No entanto, de acordo com
o Ofício SECOFEHIDRO nº 108/2024, foi
comunicado ao tomador que ele poderia solicitar
nova indicação aos Comitês PCJ. O Sr. Diogo
315 explicou que o tomador seguiu o procedimento
estabelecido, passando pelo protocolo inicial no
sistema da agência, adequação técnica, protocolo
no SINFEHIDRO, e está sendo novamente
indicado pelos Comitês PCJ. Em seguida, o Sr.
320 Diogo apresentou um quadro com todos os
empreendimentos indicados, totalizando um valor
de repasse de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de
reais), dos quais 3 (três) empreendimentos, no
valor de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e
325 oitocentos mil reais), são oriundos de recursos da

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

CFURH. Os demais 6 (seis) empreendimentos, provenientes de recursos da Cobrança PCJ Paulista, somam R\$ 12.200.000,00 (doze milhões e duzentos mil reais). O Sr. Diogo alertou os tomadores dos recursos da CFURH sobre a natureza não reembolsável desses fundos, enfatizando que, em caso de cancelamento, os valores não retornarão para a conta dos Comitês PCJ. Finalizando, apresentou um panorama geral do fluxo contínuo, destacando que houve 19 (dezenove) inscrições, das quais 5 (cinco) já foram indicadas, 9 (nove) estão aptas para indicação e 05 (cinco) foram indeferidas. Ressaltou que esta é a última indicação do ano por parte dos Comitês PCJ, e as próximas inscrições ocorrerão em outubro de 2024, janeiro de 2025 e março de 2025, com as respectivas indicações previstas para março de 2025, junho de 2025 e agosto de 2025. Após explicações o Sr. Denis concedeu a palavra para manifestações dos presentes, a Sra. Caroline Bacchin, Secretária-executiva Adjunta do CBH-PCJ e representante da SEMIL, destacou aos tomadores a importância de atender a todas as demandas exigidas dentro do prazo estipulado, sem contar com a possibilidade de prorrogação, uma vez que esta pode não ocorrer, o que poderia resultar no cancelamento do projeto. Em seguida, o Sr. Diogo fez uma observação esclarecendo que, após a indicação, todo o trâmite passa a ser conduzido pelo FEHIDRO, não estando mais sob a responsabilidade dos Comitês e da Agência PCJ. Não havendo mais manifestações, o Sr. Denis submeteu a Deliberação dos Comitês PCJ nº 487/24, de 30/08/2024, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio do Estado de São Paulo, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Paulista) e da Compensação Financeira pela utilização dos Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica (CFURH), referente ao exercício de 2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade para ser encaminhada para publicação. **2.6. Apreciação de deliberação que reti-ratifica a Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 475/24, de 07/06/2024, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), referentes ao exercício de 2024.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e

Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, contextualizou que a Deliberação em discussão trata sobre a reti-ratificação da Deliberação PCJ nº 475/24, de 07/06/2024, com o objetivo de mera correção do objeto do empreendimento do município de Jaguariúna, devido a um erro de digitação do Anexo I da Deliberação. Ressaltou que não houve alteração nos valores financeiros financiáveis, apenas a correção da redação do objeto do empreendimento. Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra ao Sr. Diogo Bernardo Pedroso, Coordenador de Projetos da Fundação Agência PCJ, o qual deu início a apresentação informando que em junho, foram indicados 6 (seis) empreendimentos para recebimento de recursos do exercício 2024 da Cobrança PCJ FEDERAL. Contudo, ocorreu um equívoco na redação do objeto no quadro 1. O texto original indicava: "Execução de obras de implantação da Estação Elevatória de Esgoto Bruto do Parque Florianópolis, com rede de recalque até a ETE Vila Primavera e emissário de esgoto tratado para o corpo receptor – Rio Camanducaia, no município de Jaguariúna/SP, conforme projeto executivo". O correto, no entanto, é: "Execução das obras da Estação Elevatória de Lodo, conforme o projeto executivo de ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE Camanducaia, no município de Jaguariúna/SP". O Sr. Diogo enfatizou que a retificação é necessária para garantir a conformidade contratual, mas não há qualquer alteração nos valores já estabelecidos, que permanecem corretos e inalterados. Após a explanação do Sr. Diogo, o Sr. Denis concedeu a palavra para as manifestações dos presentes e não havendo o Sr. Denis submeteu a Deliberação ad referendum dos Comitês PCJ nº 475/24, de 07/06/2024, reti-ratificada em 30/08/2024, que indica empreendimentos para financiamento com recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, localizados nas Bacias PCJ (Cobrança PCJ Federal), referentes ao exercício de 2024, e dá outras providências, à votação, sendo aprovada por unanimidade e encaminhada para publicação. **2.7. Apreciação de deliberação que aprova a Revisão da Política de Educação Ambiental no âmbito da área de atuação dos Comitês PCJ – Política de Educação Ambiental dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson da Silva, representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ FEDERAL, fez uma síntese do item de pauta informando que trata sobre a revisão

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

da Política de Educação Ambiental dos Comitês
445 PCJ. A Câmara Técnica de Educação Ambiental
(CT-EA) dos Comitês PCJ vem trabalhando em
uma proposta de revisão da Política, com o objetivo
de garantir que as práticas educativas sejam mais
450 alinhadas com os desafios ambientais atuais,
promovendo a conscientização e o engajamento
das comunidades locais na preservação dos
recursos hídricos e em consonância com o Plano de
Bacias PCJ. Assim, o Sr. Denis convidou a Sra.
Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira, Coordenadora da
455 CT-EA dos Comitês PCJ, para apresentar mais
detalhes sobre o tema. A Sra. Ana Lúcia iniciou sua
apresentação fazendo um breve histórico da
Política de Educação Ambiental (PEA) dos
Comitês PCJ, mencionando que esta é a terceira
460 versão da Política. A primeira versão, elaborada em
2004, não foi aprovada como deliberação,
enquanto a segunda versão foi formalmente
instituída como Política de Educação Ambiental
dos Comitês PCJ por meio da Deliberação nº
465 231/15, de 12/08/2015. Dando sequência, a Sra.
Ana Lúcia destacou a justificativa para a revisão da
Política e a formação do grupo de trabalho de
revisão dentro da CT-EA, denominado Grupo de
Trabalho de Política (GT-Política). Ressaltou o
470 Artigo 1º da nova versão da Política, que introduz
a diretriz de estabelecer programas de educação
ambiental focados na comunicação e em processos
formativos, tanto formais quanto informais,
relacionados à realidade socioambiental das Bacias
475 PCJ. Posteriormente, a Sra. Ana Lúcia apresentou
a estrutura da nova proposta da PEA, detalhando os
cinco programas previstos e as atividades
associadas a cada um. Após a exposição, o Sr.
Denis agradeceu à Sra. Ana Lúcia pelo
480 detalhamento e abriu espaço para manifestações
dos presentes. O Sr. Sérgio Razera, Diretor-
presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ
solicitou a palavra para parabenizar o trabalho
realizado, destacando o empenho da Sra. Ana
485 Lúcia em relação à implementação da política. O
Sr. João José Demarchi, representante da
Associação Ambiental Plantar e coordenador da
Câmara Técnica de Conservação e Proteção dos
Mananciais fez uma breve intervenção, ressaltando
490 a importância fundamental da Educação Ambiental
em todo o processo. Ele enfatizou que essa
educação não deve ser vista de forma restrita, mas
como um elemento essencial para embasar novas
tomadas de decisão dentro da Política. Não
495 havendo mais manifestações, submeteu a
Deliberação dos Comitês PCJ nº 471/24, que
aprova os Planos de Trabalho das Câmaras

Técnicas dos Comitês PCJ para o período
2024/2025 e dá outras providências, à votação,
500 sendo aprovada por unanimidade para ser
encaminhada para publicação. **4. Informes. 4.1. da
Diretoria dos Comitês PCJ.** O Sr. Denis Herisson
da Silva, representante da Secretaria de Agricultura
e Abastecimento do Estado de São Paulo e
505 Secretário-executivo do CBH-PCJ e do PCJ
FEDERAL, informou que: **a)** o Portal de
Capacitação da Agência Nacional de Águas e
Saneamento Básico, está com inscrições abertas
para diversos cursos na área de gestão de recursos
510 hídricos e assuntos correlatos. Os cursos são
gratuitos, de curta duração e com a emissão de
certificados. Salientou que, após a realização dos
cursos os representantes devem encaminhar os
certificados para a Secretaria Executiva para
515 registro em banco de dados; **b)** em 23/09 será
realizado o Webinário “Conversando sobre o Rio
Jundiaí” promovido pela Câmara Técnica de
Outorgas e Licenças com transmissão ao vivo pelo
YouTube (Link para inscrição:
520 bit.ly/Inscricao_CT-OL2024); **c)** em 21/08 ocorreu
o Webinar “planos Municipais de Saneamento
Rural: Caminhos para a Sustentabilidade a Saúde”
que tratou sobre a importância dos Planos
Municipais de Saneamento e o foi transmitido pelo
525 YouTube (link da gravação:
https://www.youtube.com/watch?v=AVSXNf_jcbM); **d)** em 22/08 ocorreu o Encontro de perdas de
água Metodologia de balanço Hídrico da IWA, na
Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e
530 Urbanismo da UNICAMP, em Campinas/SP e
tratou sobre a importância do Balanço Hídrico no
combate às perdas do sistema de abastecimento de
água; **e)** será iniciado o processo eleitoral dos
Comitês PCJ, mandato 2025-2027, cuja as
535 inscrições para organizações civis e usuários
acontece entre 15 de julho a 27 de dezembro e as
inscrições deverão ser realizadas através do
encaminhamento dos documentos ao e-mail da
Secretaria Executiva; **f)** No final do mês de julho,
540 foi realizada a assembleia setorial para definição
das vagas dos Comitês de Bacias Hidrográficas de
domínio da União no Conselho Nacional de
Recursos Hídricos. Na Vaga 1, o 1º titular ficou
com o CBH-Paranaíba, o 1º suplente com o CBH-
545 Parapanema e o 2º suplente com o PCJ-
FEDERAL. Para a Vaga 2, o 1º titular foi o CBH-
Paraíba do Sul, o 1º suplente o CBH-São Francisco,
e o 2º suplente o CBH-Verde Grande; **g)** de 08 a 10
de julho ocorreu o 1º encontro regional dos
550 Comitês de Bacias Hidrográficas da Região
Sudeste – ERCOB, em Belo Horizonte/MG,

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

promovido pelos Fóruns Estaduais dos Comitês de Bacias Hidrográficas do Sudeste, com o objetivo de promover o diálogo e troca de experiências entre os colegiados, tendo a presença do Sr. Luciano Almeida, presidente do CBH-PCJ e PCJ-FEDERAL e também a presença do Sr. Rodrigo Hajjar e da equipe da Secretaria Executiva dos Comitês PCJ; **h)** em 14/08 ocorreu a reunião do GT-Cobrança (CT-PB), em Campinas, onde foram discutidos ao Parecer Técnico da CT-PB sobre a revisão de preços e mecanismos das Cobranças PCJ Paulista e Federal, e o cronograma para discussões na CT-PB, CT-PL e Plenários e etapas de campanha e disponibilização de simulador, ressaltando que a próxima reunião do Grupo de Trabalho está agendada para 1109, as 9h30, no DAE Jundiá; **i)** de 05 a 09 de agosto ocorreu o 1º Fórum Brasil das Águas, no Rafain Palace Hotel & Convention, em Foz do Iguaçu/PR, contando com a presença da equipe dos Comitês PCJ; **f)** em 26/09 ocorrerá o Webinar “Resiliência e Enfrentamento à Estiagem nas bacias PCJ”, destinado a discutir estratégias para o enfrentamento à estiagem prolongada nas Bacias PCJ, tendo mais informações em breve; e **g)** foi corrigida a nota do CBH-PCJ no quadro de indicadores e metas tendo em vista que no item “Implementação de instrumentos de gestão” havia sido atribuído nota de 17,71, porém o correto era 25 e assim, a porcentagem final da nota para o CBH-PCJ passou a ser 98,5%. **4.2. da Fundação Agência das Bacias PCJ.** Na sequência, o Sr. Sergio Razera, Diretor-presidente da Fundação Agência das Bacias PCJ, cumprimentou a todos e informou que: **a)** no dia 17/07 houve uma comitiva com representantes da Agência das Bacias PCJ e prefeituras para realizar a visita à Represa de Santa Marina, em Cordeirópolis, a qual foi inaugurada no dia 13 de julho com investimento de R\$20 milhões, ocupando uma área de 730 mil m quadrados e que poderá beneficiar 50 mil habitantes; **b)** entre os dias 1 a 4 de agosto ocorreu a 2ª Expo ESG em Piracicaba; **c)** dia 06/08 ocorreu o 1º Fórum Brasil das Águas: Conselho Latino-Americano, para realização de Assembleia Constituinte, em que é apresentado e aprovado o Estatuto da Instituição, além da eleição dos membros que vão compor o Conselho; **d)** no dia 13/08 a agência das Bacias PCJ recebeu quatro representantes do Instituto Ambiental de Estocolmo (SEI), para dialogar sobre as experiências dos Comitês PCJ; **e)** entre os dias 22/07 e 09/08 ocorreram visitas in loco das Auditorias do Tribunal de Contas do estado de São Paulo (TCE-SP) e Agência Nacional de Águas e

Saneamento Básico (ANA) para fiscalização das atividades administrativas, financeiras e técnicas desenvolvidas pela Agência das Bacias PCJ no exercício de 2023; **f)** durante o mês de agosto ocorreram duas reuniões para acompanhamentos dos Resultados Parciais do Anexo II – Programa de Trabalho do Contrato de gestão nº 033/2020/ANA, sendo que a primeira reunião foi como Grupo de Acompanhamento do Contrato de Gestão GACG-PCJ e a segunda como coordenação de Acompanhamento das Entidades Delegatárias de funções de Agências de Água (COAED-ANA); **g)** ocorreu a capacitação do Plano Municipal da Mata Atlântica - PMMA/CERRADO, com quatro módulos que foram em formato online e presencial em diferentes datas, sendo o Módulo I referente a preparação para o processo, contando com 43 municípios, o Módulo II foi abordado sobre a Elaboração do PMMA/Cerrado (diagnóstico) e contou com 33 municípios participantes, no módulo III abordou sobre os objetivos, áreas e ações prioritárias na elaboração de PMMA/Cerrado, contando com 31 municípios e, por fim, no módulo IV foi discutido sobre a construção de PMMA/Cerrado, contando com 35 municípios; **h)** foi enviado um formulário para realizar uma pesquisa de capacitação de recursos PCJ para falar sobre as dificuldades e interesses dos municípios na capacitação de recursos financeiros junto aos Comitês PCJ, bem como as possíveis demandas de recursos financeiros nas ações financiáveis, ressaltando que o público alvo são representantes dos municípios das Bacias PCJ como prefeituras, autarquias e concessionárias. **4.3. dos membros dos Comitês PCJ.** Em seguida, o Sr. Denis passou a palavra para que os demais membros pudessem fazer seus informes: **a)** o Sr. Francisco Carlos Castro Lahóz, representante do Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (Consórcio PCJ), informou que o Consórcio PCJ deixou de funcionar no local devido a problemas estruturais e hoje está funcionando na Rua Nossa Senhora de Fátima, em Americana SP, e, o centro de referência criado pelo Consórcio PCJ poderá começar a atuar na Casa Mais Sustentável, uma iniciativa do Consórcio PCJ em parceria com a ANEEL e a CPFL, servindo como um centro de referência para visitas, sensibilização ambiental e atividades de organizações afins; **b)** o Sr. Flávio Forti Stenico, representante do Consórcio PCJ, abordou sobre o evento que ocorreu em São Paulo no qual reuniu importantes nomes do setor de Saneamento e foi possível compreender mais a concepção que o

Ata da 31ª Reunião Extraordinária dos Comitês PCJ, realizada em 30/08/2024, por videoconferência.

660 governo tem referente ao setor do Saneamento para
que seja uma prestação de serviços de forma
regionalizada, com concessões e forte atuação do
setor privado e, por fim, complementou as
informações que foram fornecidas na 94ª Reunião
665 Ordinária da CT-PL sobre o PAC-PCJ, o qual o
Consórcio PCJ orientou 11 (onze) municípios
associados para adequação de propostas e inscrição

de 30 (trinta) empreendimentos junto as propostas
do PAC, e desses 30 (trinta) empreendimentos, 06
670 (seis) já foram contemplados junto ao governo
federal e estão em fase de ajustes finais junto as
prefeituras para viabilização do financiamento. 5.
Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr.
Denis agradeceu a participação de todos e deu por
675 encerrada a reunião.

(assinado digitalmente)
**MYLENA NASCIMENTO RODRIGUES
DE OLIVEIRA**
Presidente do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
LUCIANO SANTOS TAVARES DE ALMEIDA
Presidente do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL

(assinado digitalmente)
ADILSON RAMOS DE SOUZA
Secretário-executivo do CBH-PJ1

(assinado digitalmente)
DENIS HERISSON DA SILVA
Secretário-executivo do CBH-PCJ e
do PCJ FEDERAL